

A urgência de uma renegociação firme e abrangente

Paulo Nogueira Batista Jr. (*)

A postura do governo brasileiro desde o início do processo de renegociação formal da dívida externa, em fins de 1982,



tem sido tímida, indecisa, hesitante. O propósito inicial — a esta altura inteiramente desacreditado — era diferenciar o Brasil dos demais países da América Latina, vender a imagem de um país cumpridor de suas obrigações financeiras e transmitir aos credores externos a mensagem de que o caso brasileiro era menos grave e de solução mais fácil do que o da maioria de nossos vizinhos. O Brasil procurou até mesmo apresentar-se como vítima dos efeitos colaterais da crise de confiança desencadeada pelo colapso cambial do México e da Argentina. No lugar da indispensável explicitação de um programa de política e de um esquema abrangente de renegociação da dívida, assistiu-se a uma sucessão de manobras protelatórias de duvidosa eficácia, cujo principal resultado tem sido o declínio continuado das possibilidades de negociação séria com o FMI e os bancos credores.

Esta atitude está evidentemente em completo descompasso com a profundidade dos problemas a resolver e com a vulnerabilidade do setor externo da economia brasileira. A imensa distância entre as táticas dos negociadores brasileiros e a situação objetiva do País, aliada à crise de confiança interna, ao insucesso do esquema de renegociação parcial da dívida externa apresentado aos credores em dezembro de 1982, ao impasse prolon-

O problema fundamental dos esquemas de política econômica contemplados pelo FMI, pelos bancos internacionais e — lamentavelmente — pelos próprios gestores da economia brasileira é que o grau de ajustamento exigido do Brasil aparece sempre como claramente excessivo e ameaça ultrapassar os limites do que se pode considerar suportável dos pontos de vista social e político. É indispensável iniciar o quanto antes um esforço político consciente no sentido de transferir para o exterior uma parte dos custos do ajustamento das contas externas brasileiras. Esta é uma imposição absolutamente incontornável da situação-limite em que se encontra o Brasil.

O sistema bancário internacional, que no passado tanto lucrou em suas operações com o Brasil, terá de preparar-se agora para aceitar soluções de emergência e absorver prejuízos. Nos últimos meses, ao contrário, os bancos internacionais só têm feito aumentar de maneira significativa a sua rentabilidade nos empréstimos feitos ao Brasil e a outros países em crise de liquidez

cambial. Chegamos a um ponto em que o Brasil paga hoje por recursos de curtíssimo prazo captados no interbancário ("spreads" de 1 a 1,5% sobre a Libor) mais do que pagava em 1979 por empréstimos de oito anos (menos de 1% sobre a Libor).

Por outro lado, os bancos resistem à proposta de reescalonamento dos pagamentos de juros e recusam-se aparentemente a reconhecer o fato de que o Brasil não está em condições de cobrir os juros da dívida com superávits comerciais sempre crescentes, que só poderiam ser gerados a base de compressão adicional do nível de atividade econômica e de um aumento insuportável da pressão inflacionária. Devido à contração duradoura dos fluxos internacionais de crédito bancário e à consequente impossibilidade de financiar os juros com novos empréstimos, contratados em condições financeiras altamente onerosas para o Brasil, parece inevitável que os juros da dívida sejam reescalados.

A situação atual de crise duradoura nos países capitalistas avançados, de de-

saceleração do comércio mundial e de retração prolongada do mercado bancário internacional em relação a países como o Brasil exige a elaboração de soluções de emergência e o abandono da inútil e contraproducente tentativa de preservar uma tênue aparência de normalidade nas relações entre o Brasil e os seus credores. Um plano de renegociação da dívida externa, ajustado às nossas possibilidades efetivas de pagamento, deveria contemplar os seguintes pontos básicos: a) reescalonamento da totalidade ou quase totalidade das amortizações de médio e longo prazos; b) conversão da dívida financeira de curto prazo em dívida de médio e longo prazos; c) reescalonamento dos juros; d) redução dos "spreads" e outras sobretaxas e comissões cobradas pelos bancos no processo de refinanciamento e renegociação em curso; e e) extensão do horizonte de tempo contemplado pelo processo de reescalonamento da dívida. Ao contrário do que às vezes se sugere, um programa realista de renegociação envolveria necessariamente muito mais do

que a declaração de uma moratória temporária à la México, isto é, de uma suspensão de pagamentos por prazo limitado de tempo. As partes envolvidas precisam reconhecer que a dívida externa do Brasil (e de dezenas de outros países) se tornou, por força do acúmulo de circunstâncias desfavoráveis, rigorosamente impagável nas condições de prazos e custo inicialmente contratadas.

Um programa do tipo acima delineado passaria evidentemente por uma negociação de natureza política e exigiria a participação não só dos bancos internacionais mas também o apoio dos governos, dos bancos centrais e das autoridades de supervisão bancária dos países desenvolvidos e de instituições financeiras multilaterais. Envolveria, por outro lado, determinadas condições "internas": a começar pela recuperação de um mínimo de confiança da sociedade nos rumos da política econômica, elemento indispensável na criação de uma base interna de apoio capaz de viabilizar a necessária mudança de atividade na negociação com os credores e de fazer

face à intensificação das pressões externas.

Quem observa a crescente preocupação com que os EUA e a Europa Ocidental acompanham a rápida deterioração da situação econômica no Brasil pode supor que haverá predisposição nestes países para aceitar a adoção, por parte do governo brasileiro, de uma postura negociadora mais firme. Mas, se esta expectativa de compreensão e apoio externo não se materializar, melhor será enfrentar a negociação dura, e até o confronto, do que aceitar de cabeça baixa o retrocesso econômico e todos os riscos que este comporta. Sem uma mudança radical de postura em relação ao problema da dívida externa, não haverá possibilidade de controlar de maneira efetiva o processo inflacionário, de obter alguma recomposição das reservas internacionais e de sustentar um nível minimamente adequado de crescimento econômico nos próximos anos.

(*) Economista da FGV, no Rio, e autor do livro "Mito e realidade da dívida externa brasileira", da Paz e Terra.

gado nas negociações com o FMI e ao extremo irrealismo dos números e das metas dos programas de ajustamento e financiamento externo para 1983, produziu enorme desgaste da credibilidade externa da política econômica. Em consequência, como notou André Lara Resende, da PUC-RJ, em artigo recente, o Brasil caminha a passos largos para uma inadiplência desorganizada, ao mesmo tempo que se aprofunda a recessão e se acelera dramaticamente o processo inflacionário. Estes os resultados paradoxais de uma abordagem que se pretendia responsável e bem-comportada.